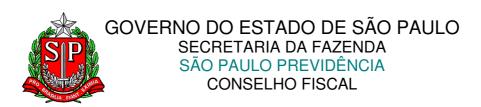
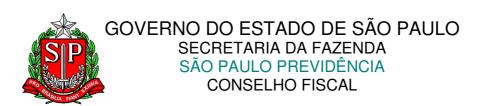


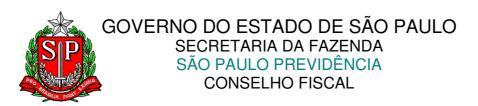
Aos 16 dias do mês de setembro de dois mil e dez, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência (SPPREV), sito na Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 9:30 horas, após prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da referida autarquia. Presentes o Senhor Aníbal Hiroishi, Presidente do Conselho, a Senhora Jacira Costa Silva, Vice-presidente do Conselho e os Conselheiros Aparecido Manoel Pereira dos Santos, Maria de Fátima Alves Ferreira, Emília Ticami e Ida Maria Penha Ribeiro Leme. Inicialmente, a Ata da 27ª Reunião Ordinária foi aprovada e assinada por todos os conselheiros. A Diretora de Administração e Finanças, Carmen Silvia Pagotto, o Gerente de Finanças e Contabilidade, Edmilson Silva, a Supervisora, Ida Zacharias e o Analista em Gestão Previdenciária, André Moura Robles, foram convidados a prestar esclarecimentos sobre o Balancete do mês de julho de 2010. Passouse, então, à exposição dos Relatórios Gerenciais da UG 202601 - Previdência e UG 202602 - Administração, referentes ao Balancete do mês de julho. Retomando um ponto discutido na reunião anterior, o Analista em Gestão Previdenciária informou que foram elaborados novos modelos de gráficos, na opção "linha", conforme sugestão do Conselheiro Aparecido Manoel. No entanto, o resultado obtido ainda não foi satisfatório, não traduzindo a devida proporção dos dados. A Conselheira Emilia Ticami sugeriu a utilização do formato "pizza" e solicitou o encaminhamento desses gráficos antes da próxima reunião para avaliação dos conselheiros. A Conselheira Ida Maria pediu esclarecimentos sobre a variação da contribuição patronal do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto nos meses analisados. O Gerente Edmilson explicou



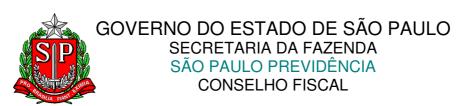
que no início do ano de 2010 essa entidade repassou um valor maior do que o devido à SPPREV e que nos meses subsegüentes fez o abatimento. O Gerente acrescentou que a SPPREV entrou em contato com a entidade solicitando o levantamento do valor pago a maior, para a realização de reembolso ao invés de abatimentos. A Diretora informou que foi realizada reunião com representantes da Contadoria do Estado do Estado, da SPPREV e das Universidades, para debater aspectos da execução orçamentária e financeira, incluindo a utilização de recursos inscritos em restos a pagar, como tem feito a Universidade de São Paulo, com reflexos na contabilização das receitas e despesas da SPPREV. Nessa reunião, foram expedidas orientações às Universidades e esclarecidos os impactos na escrituração das contas. A Conselheira Emilia Ticami solicitou que a Supervisora Ida Zacharias faça, na próxima reunião, uma explanação sobre as contas contábeis do Balancete Financeiro e do Balanço Patrimonial, elaborados de acordo com a Lei Federal 4.320. O Presidente do Conselho comentou que na contabilidade empresarial as variações patrimoniais ativas e passivas devem coincidir, e que não entende por que na contabilidade pública isso não ocorre. A Supervisora esclareceu que isso ocorre porque na transferência dos recursos de uma unidade gestora para a outra ocorrem as variações patrimoniais, mas que certamente isso será melhor demonstrado na apresentação da próxima reunião. A Conselheira Emilia Ticami perguntou quais os parâmetros e critérios utilizados para a projeção do Fluxo de Caixa da Previdência. O Gerente de Finanças e Contabilidade esclareceu que os critérios são estabelecidos de acordo com o histórico da arrecadação. A Conselheira comentou que a receita da SPPREV decorre de uma despesa do Estado e por isso é importante que haja um aprimoramento dessa projeção, não só no Fluxo de Caixa, mas também, na Proposta Orçamentária. A Diretora informou que quando a gestão da folha de pagamento das aposentadorias e pensões estiver sendo feita totalmente pela SPPREV, as projeções e análises deverão ser mais aprimoradas. O



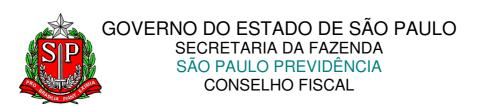
Conselheiro Aparecido Manoel perguntou por que, no Fluxo de Caixa, em alguns meses são registrados déficits. A Supervisora esclareceu que o déficit decorre de uma despesa maior do que a receita arrecadada naquele mês, mas que, no entanto, esse valor excedente é coberto pelo saldo positivo acumulado nos meses anteriores. A Conselheira Maria de Fátima sugeriu que na tabela dos Indicadores de Pessoal, Estagiários e Serviços Terceirizados seja substituída a expressão "Quadro Próprio" por "Quadro Próprio Preenchido". Sobre a relação de contratos firmados pela SPPREV, a Conselheira Maria de Fátima perguntou por que houve inexigibilidade de licitação no contrato firmado com a empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda. A Diretora esclareceu que se trata de um serviço específico e essa empresa é a única fornecedora dessa licença. A Conselheira solicitou, ainda, esclarecimentos a respeito da dispensa de licitação nos serviços prestados pela empresa TB Transportes, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos Ltda. Foi explicado, pela Diretora, que a dispensa de licitação ocorreu devido à urgência na contratação do serviço, mas que esse contrato já foi encerrado com a contratação de outra empresa. Foram feitos outros questionamentos acerca dos contratos e a Diretora solicitou que os mesmos fossem esclarecidos pela Gerente de Contratos e pela Diretora de Relacionamento com o Segurado, que estão convidadas a participar dessa reunião após o exame do balancete do mês de julho. A Diretora de Administração e Finanças informou na sequência que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado. A Conselheira Maria de Fátima perguntou se os processos da SPPREV já foram julgados pelo Tribunal de Contas. A Diretora esclareceu que há um mês o Tribunal de Contas realizou contato, mas ainda não houve o julgamento dos processos. Informou também que está sendo realizada uma auditoria na SPPREV pelo Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, e que estão sendo analisados os contratos e as formas de controle do sistema de pensões. Foi entregue aos Conselheiros, cópia do questionário dessa auditoria e que foi respondido pela



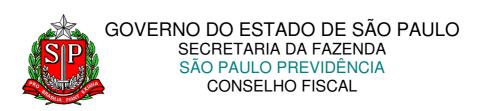
Diretoria de Administração e Finanças. Feitos os esclarecimentos e solicitadas que sejam feitas as correções sugeridas no relatório do mês de julho, o balancete foi aprovado por unanimidade dos Conselheiros. Em decorrência, foi lavrado e assinado por todos os Conselheiros titulares presentes, o competente Parecer, consignando o posicionamento favorável do Conselho Fiscal à aprovação do Balancete, bem como, dos respectivos relatórios gerenciais, referentes ao mês de julho de 2010, pelo Conselho de Administração. Foram convidadas a prestar esclarecimentos sobre os contratos firmados pela SPPREV, a Diretora de Relacionamento com os Segurados, Maria Nunes Pires, e a Gerente de Licitação e Contratos, Fátima Regina de Barros. A Conselheira Emilia Ticami perguntou como que é realizada a pesquisa das atas de registro de preços para contratação de serviços ou aquisição de bens. A Gerente esclareceu que é feita a especificação e verificada a viabilidade de sua contratação ou aquisição, e a partir daí, é feita a abertura do processo e a pesquisa de preços. O processo é instruído com a documentação e encaminhado à Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda para análise de sua legalidade. A Diretora de Administração e Finanças comentou que foi recomendado pelo Tribunal de Contas que a adesão à ata de registro de preços ocorra dentro do Estado. A Conselheira Emilia Ticami perguntou qual é a diferenciação entre os contratos em vigência e os contratos em execução. A Gerente explicou que os contratos em vigência são os que estão na fase de garantia. A Diretora de Administração e Finanças sugeriu a inclusão de nota de rodapé com essas informações. A Conselheira perguntou, ainda, qual é o critério para se definir o fornecedor do produto. A Gerente explicou que o fornecedor é escolhido com base no menor preço e melhor qualidade. A Conselheira Emilia Ticami solicitou esclarecimentos sobre os contratos com a Imprensa Oficial e com a PRODESP. A Diretora de Relacionamento com o Segurado respondeu que com a Imprensa Oficial foram celebrados contratos para guarda de dados (Data Center); prestação de serviços gráficos para



fornecimento de materiais de comunicação, cartilhas do participante, jornais e folders; sistema GED – Gestão Eletrônica de Documentos; e certificação digital. A Diretora esclareceu que esses dois últimos serviços permitirão que no momento do atendimento, os atendentes digitalizem os documentos que posteriormente serão certificados pelos funcionários da SPPREV e que a certificação também será utilizada durante a tramitação do processo, para garantir a veracidade e a origem das informações prestadas. A Conselheira Emilia Ticami perguntou por que não foi contratada a PRODESP para a guarda de dados (Data Center). A Diretora informou que o fator preponderante para a escolha entre as duas empresas foi a localização da Imprensa Oficial e a qualidade dos serviços dessa empresa. Quanto aos contratos com a PRODESP, a Diretora esclareceu que será necessária a manutenção de um contrato, para a realização de consultas aos dados anteriores ao mês de janeiro de 2009, até a importação desses dados. Será necessária também a manutenção de um contrato para o processamento, geração e envio da Declaração de Imposto de Renda e envio dos demonstrativos de rendimentos. A Diretora prestou esclarecimentos sobre outro contrato, de reprocessamento do histórico das contribuições previdenciárias, explicando que houve um período em que as Universidades não repassaram as informações para o IPESP. A Diretora de Relacionamento com o Segurado informou que está preparando um termo de referência para abertura de um processo de licitação para a contratação do serviço de manutenção do SIGEPREV. A Conselheira Emilia Ticami perguntou o que o SIGEPREV contempla. A Diretora de Administração e Finanças respondeu que o Sistema contém as ferramentas de recursos humanos, protocolo, patrimônio, sistema financeiro-orçamentário, compras, contratos e licitação. A Diretora comentou que como a empresa responsável pelo SIGEPREV ainda não implantou o módulo financeiro, foi elaborado um relatório apontando as dificuldades e que foi oficiada para que os problemas sejam resolvidos no prazo de um mês. A Conselheira Maria de



Fátima perguntou por que consta da relação de contratos, o Banco Nossa Caixa como contratado. A Gerente explicou que o contrato foi celebrado com o Banco Nossa Caixa, mas deverá ser aditado com o Banco do Brasil. Esclareceu também que o convênio referente ao Programa do Funcionário Público já foi aditado, sendo necessária a correção dessa relação de contratos, para Banco do Brasil. A Conselheira Maria de Fátima perguntou por que esse contrato de prestação de serviços está classificado como convênio. A Gerente explicou que não se trata propriamente de um contrato, e sim de convênio sem ônus para a SPPREV. A Conselheira solicitou o envio do parecer jurídico que deu início a esse convênio. A Diretora de Administração e Finanças perguntou se a SPPREV poderá cobrar do Banco do Brasil uma taxa de serviços, que é comumente cobrada das consignatárias, como era cobrada do Banco Nossa Caixa. A Conselheira Emilia Ticami comentou que deverá se proceder com o Banco do Brasil, da mesma forma que se procedia com o Banco Nossa Caixa. A Conselheira Maria de Fátima pediu explicações sobre o contrato celebrado com a empresa Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados. A Gerente de Licitação e Contratos explicou que foi firmado um convênio com a Receita Federal, mas é pago um valor contratual para a empresa Serpro, que é a responsável pela liberação de acesso ao Cadastro Federal. A Conselheira Maria de Fátima solicitou informações sobre o contrato celebrado com a FGV. A Diretora de Relacionamento com o Segurado sugeriu a realização de uma apresentação sobre a ferramenta desenvolvida pela FGV. O Presidente do Conselho solicitou o agendamento dessa apresentação para a próxima reunião. A Conselheira Emilia sugeriu que a pauta da próxima reunião seja invertida, iniciando-se com essa apresentação, seguida pela apresentação dos estudos sobre o Patrimônio Imobiliário do IPESP e pela análise do Balancete do mês de agosto. Dada a quantidade dos assuntos a serem tratados, sugeriu também que a reunião seja iniciada às 9 horas. O Conselheiro Aparecido Manoel solicitou que seja verificada a solicitação feita pelos então Conselheiros



João Bosco da Silva e Yvone Barreiros Moreira, assim como pela Conselheira Maria de Fátima Alves Ferreira, sobre os processos de afastamento, devendo ser apresentados na próxima reunião os resultados dos trabalhos. A Conselheira Emilia Ticami solicitou que o material referente aos processos de afastamentos e o resumo com o levantamento patrimonial imobiliário do IPESP sejam enviados previamente aos Conselheiros. Com o que todos concordaram. Por fim, ficou agendada a próxima reunião deste Conselho para o dia 21 (vinte e um) de outubro, quinta-feira, às 9:00 horas, ficando desde já os presentes devidamente convocados. Às 12:50 horas, não havendo nada mais a ser tratado nesta reunião, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Renata Malpica Caldeira, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.